

Decreto que cria a Comissão da Constituição vai hoje a Sarney

ANCE X CAEE

Brasília — O Presidente José Sarney recebe hoje, durante a reunião do Conselho Político, no Palácio do Planalto, a minuta do decreto de criação da Comissão Constitucional que vai preparar esboço de uma nova Constituição. A minuta foi elaborada pelo ministério da Justiça, mas o decreto não especificará os membros da comissão, que será instalada até o final do mês.

Está acertado apenas que a Comissão terá como presidente o jurista Afonso Arinos. O relator poderá ser o ex-Senador Paulo Brossard, substituindo o líder do Governo no Congresso, Senador Fernando Henrique Cardoso. O Governo não pretende incluir nenhum parlamentar na comissão e o próprio Fernando Henrique acha que não teria tempo para ser seu relator, "um cargo que exige tempo integral".

O chefe de Gabinete do Ministério da Justiça, professor Cristovam Buarque, informou que o decreto é sucinto e apenas cria a Comissão Constitucional. "A nomeação de seus membros virá depois", explicou.

O Presidente Tancredo Neves deixou uma lista de 33 nomes para participar da Comissão constitucional. Nem todos serão necessariamente confirmados por Sarney. O número de membros da Comissão ainda é uma incógnita.

Buarque estima o número entre 30 e 40. Já o líder do PFL no Senado, Carlos Chiarelli, fala entre 40 e 50. De qualquer forma, a maioria será composta de juristas especializados em constitucionalismo, que trabalharão em conjunto com representantes de diversos segmentos da sociedade, dos sindicatos às minorias étnicas.

O objetivo da Comissão Constitucional é alimentar o debate dos temas mais polêmicos pela sociedade e preparar uma minuta de constituição, que deve estar pronta o mais tardar até o fim do ano. Muitos parlamentares e juristas, contudo, condenam sua instituição, julgando que o resultado desse trabalho pode condicionar a Assembléia Nacional Constituinte.

— Já fiz meu protesto ao Ministro da Justiça contra a Comissão — afirma o líder do PDT, Deputado Nadyr Rossetti (RS), para quem "um anteprojeto feito pelo Executivo condicionaria a própria eleição para a Constituinte. Além disso, fazer uma Constituição não é tarefa para juristas e, sim, para os políticos, os únicos que podem refletir as aspirações do povo e da realidade nacional".

— Sou totalmente contra a Comissão — concorda o advogado Maurício Corrêa, presidente da seção de Brasília da OAB. "Qualquer modelo saído do Executivo será intrinsecamente mau, elitista, um reflexo do mandonismo que subsiste no país" — observou.

Fernando Henrique Cardoso afirma, porém, que nunca foi objetivo de Tancredo Neves que a Comissão Constitucional elaborasse um anteprojeto.

— O objetivo da Comissão deve ser o de sistematizar os temas para oferecê-los ao debate nacional — afirma o senador.

São Paulo — Foto de Fernando Pereira



Lyra é pela Constituinte convocada no 1º semestre

Lyra quer apressar convocação

São Paulo — O Ministro da Justiça, Fernando Lyra, declarou-se pessoalmente favorável à convocação da Assembléia Nacional Constituinte ainda no primeiro semestre deste ano — para ser eleita em novembro de 1986 e para começar a funcionar em março de 1987.

Ao afirmar que não vê maiores problemas para que a Constituinte seja convocada ainda neste semestre, Lyra lembrou que a comissão instituída pelo Governo para tratar da questão, e que é formada por todos os líderes de partidos que compõem a Aliança Democrática no Congresso, não apresenta uma única restrição a respeito.

Destacando esse "consenso", o Ministro disse que a Constituinte só não foi convocada ainda por falta de tempo, uma vez que a Nova República tem apenas dois meses e ficou 40 dias "paralisada" pela doença e morte do Presidente Tancredo Neves.

Lyra destacou que esta será a primeira vez que o país debaterá durante um ano e meio uma Constituinte e uma nova Constituição: essa comissão tem prazo

até 15 de novembro próximo para elaborar o anteprojeto, que depois ficará um ano em debate, até o pleito de 86.

O Ministro Fernando Lyra acha que o "fundamental" do "entulho autoritário" foi removido pelo Congresso, ao restabelecer as eleições diretas para prefeitos das capitais, estâncias, áreas de segurança, e Presidente da República. Como próximos passos dessa remoção, do entulho, lembrou reformas nas leis de segurança nacional, de greve, de imprensa e lei Falcão.

Acrescentou que o Ministro Almir Pazzianotto já tem prontas as modificações na lei de greve, que o Governo já solicitou ao presidente da ABI, Barbosa Lima Sobrinho, sugestões para alterar a lei de imprensa, e que ele já começou a conversar com as lideranças partidárias sobre modificações nas leis de segurança e Falcão.

— Para que a Constituinte seja soberana, é preciso que a eleição seja livre — justificou o Ministro, ao explicar por que defende reformas nessas leis.